



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO NOS INSTITUTOS FEDERAIS: DETERMINAÇÕES ENTRE CLASSE, RAÇA E GÊNERO NA EDUCAÇÃO ESCOLARIZADA

HELKYNE ROSE CRUZ SILVA¹

RESUMO:

O artigo apresenta reflexões teórico-críticas para pensar a permanência estudantil de estudantes do ensino médio integrado ao técnico, relacionada com os traços constitutivos e determinantes de classe, raça e gênero, buscando compreender de que modo os Institutos Federais produzem e reproduzem sofrimento ético-político.

Palavras-chaves: educação. sofrimento ético-político. classe. raça. gênero.

RESUMEN:

El artículo presenta reflexiones teórico-críticas para pensar la retención estudiantil de los estudiantes de secundaria integrada a la educación técnica, relacionadas con los rasgos constitutivos y determinantes de clase, raza y género, buscando comprender cómo los Institutos Federales producen y reproducen sufrimiento ético-político.

Palabras claves: educación. sufrimiento ético-político. clase. raza. género.

1 INTRODUÇÃO

Os desafios cotidianamente enfrentados em dois Institutos Federais² (IFs) diferentes, costurados pelo alinhavo investigativo que nos é exigido para avançar além da aparência dos fenômenos, foram o ponto de partida para as reflexões teórico-críticas que apresentamos.

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

² Os Institutos Federais são fruto da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que ocorreu nos governos Lula e Dilma, com a Lei n. 11892 de 2008. De 2014 a 2018, trabalhei no IFFluminense, na Coordenação de Apoio ao Estudante (CAE). No final de 2018, solicitei transferência para o IFSP, onde trabalho desde o início de 2019 na Coordenadoria Sociopedagógica (CSP). Tanto a CAE quanto a CSP são setores equivalentes na estrutura organizacional desses Institutos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A partir da observação empírica identificamos o sofrimento como demanda crescente e de destaque no que diz respeito à procura de atendimento do Serviço Social, cenário que nos tem levados a pesquisar sobre a produção e reprodução do sofrimento ético-político nos IFs e as formas que as/os estudantes forjam as resistências para permanecer.

Acreditamos que as reflexões aqui presentes convêm não só para pensar a realidade do IFSP, nosso espaço de trabalho atual e de pesquisa³, mas a muitos outros Institutos Federais do país, pois “o particular representa o geral porque eles só aparecem separados no contexto de uma maneira idealística de se pensar a realidade social” (Patto, 2015, p. 31).

2 UMA ESCOLA PARA QUEM?

À medida que a sala de aula se torna mais diversa, os professores [a escola] têm de enfrentar o modo como a política de dominação se reproduz no contexto educacional. Os alunos brancos e homens, por exemplo, continuam sendo os que mais falam em nossas aulas. Os alunos de cor e algumas mulheres brancas dizem ter medo de que os colegas os julguem intelectualmente inferiores. Já dei aula a brilhantes alunos de cor, alguns de idade avançada, que conseguiram, com muita habilidade, nunca abrir a boca em sala de aula. Alguns expressam o sentimento de que, se simplesmente não afirmarem sua subjetividade, terão menos probabilidade de serem agredidos (bell hooks, 2017, p. 56).

O relato de bell hooks (2017, p. 56) provoca a refletir sobre o sofrimento que as/os estudantes da classe trabalhadora, em especial, negras e negros experimentam, advindo da relação com os determinantes de classe, raça e gênero que se produzem e reproduzem no contexto educacional nos IFs.

Recordo o que tanto nos angustia no dia a dia do trabalho profissional como assistente social na política de educação: os frequentes atendimentos a estudantes em vivência de sofrimento, relatos sobre problemas de sono, angústia, e outros sintomas, além de referências a situações de automutilação, associadas, frequentemente, à crença de que o IF não é uma escola para eles diante da dificuldade de acompanhar o curso. Tal crença encontra força em discursos ideológicos nos conselhos de classe, do tipo desse que ouvimos: “Somos mecânicos de Ferrari, não podemos consertar um Fusquinha”. Uma analogia que transmite a exata ideia de que há estudantes com pouco valor no mercado atual com os quais o IF não deve “perder” tempo, e que a Instituição possui um nível de excelência tal que existe para ensinar e moldar Ferraris, ou alunos considerados dentro do padrão da Instituição.

³ Este artigo apresenta parte das reflexões que estão sendo aprofundadas na nossa pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que tem como interlocutoras/os estudantes do ensino médio integrado ao técnico.



Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

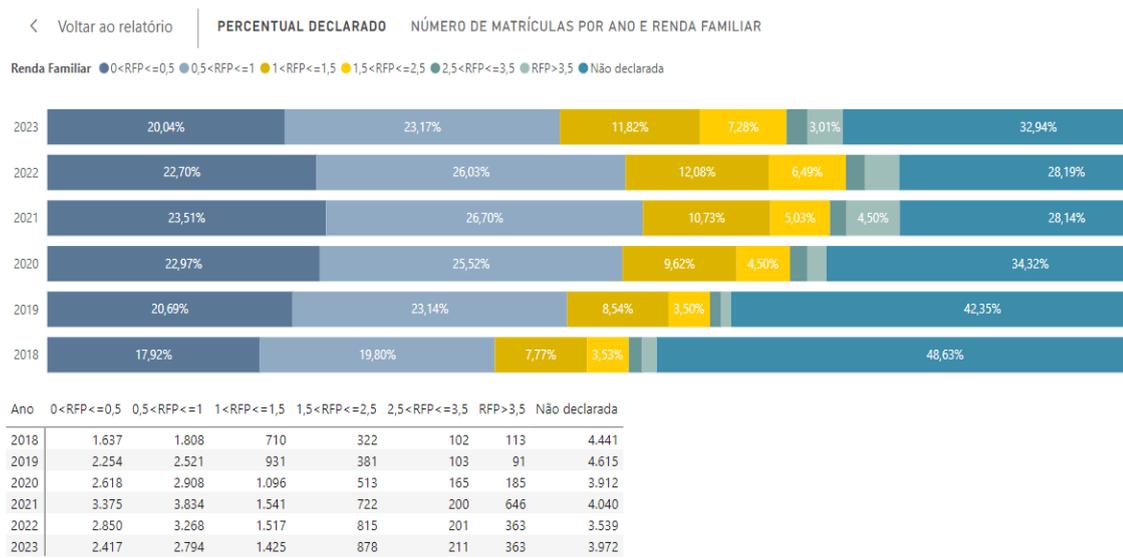
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Ora, daí duas questões já se impõe: se a escola tem um padrão de estudante pelo qual não vale a pena o investimento (aquele comparado ao carro de menor valor), qual estudante é este? E qual é o estudante que permanece e o que não permanece nessa Instituição marcada por uma travessia acidentada⁴?

Buscamos identificar na Plataforma Nilo Peçanha, que reúne dados estatísticos oficiais de governança e transparência da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), o perfil dos estudantes do ensino médio integrado (EMI) no IFSP, objetivando identificar quais são os estudantes com maior dificuldade para permanecer.

Gráfico SEQ Gráfico 1* ARABIC 1 - Estudantes do EMI no IFSP por ano e renda familiar (2018- 2023)



Uma leitura preliminar possível a partir do gráfico acima reflete que, em 2023, quase a metade das/os estudantes respondentes, ou seja, 43,21%, tem renda familiar de até um salário mínimo. Se pensarmos, ainda, na faixa de renda estabelecida até julho de 2024 pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil⁵, ou seja, renda familiar preferencialmente de um salário

⁴ Ciavatta e Ramos (2011, p. 33) identificam por travessia acidentada a integração do ensino médio à educação profissional, uma travessia que esperava-se levar a uma educação omnilateral e politécnica, mas que não se concretizou dessa forma. De acordo com as autoras: “No lastro dessa constatação, a integração da educação profissional ao ensino médio tem, na maioria das vezes, simplesmente transformado o ensino médio em profissionalizante, visando à preparação de jovens para um possível ingresso imediato no mercado de trabalho como alternativa ao prosseguimento de estudos no nível superior”.

⁵ O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, instituído em 2010 por meio do Decreto n. 7234 e a partir de 03 de julho de 2024 pela Lei n. 14.914, prevê ações de assistência estudantil nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso,



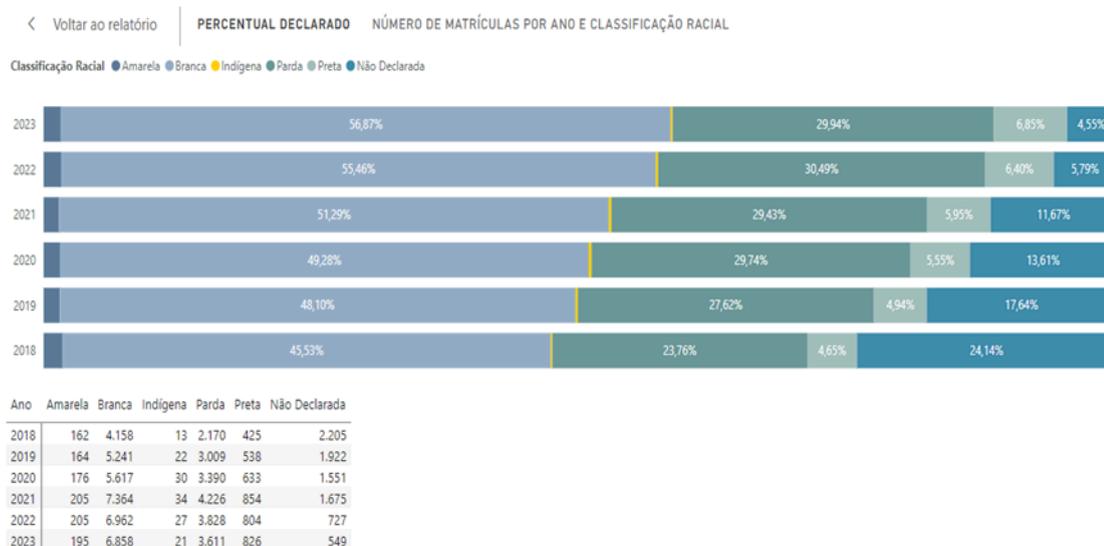
Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mínimo em meio, estaríamos falando de 55,03 % das/os estudantes. Vale aqui o destaque de que no último 03 de julho do corrente ano essa política sofreu um retrocesso tendo seu critério de atendimento per capita reduzido para até um salário mínimo.

Gráfico 2 - Estudantes do EMI no IFSP por ano e classificação racial (2018-2023)



Fonte: Plataforma (2023).

A porcentagem de estudantes autodeclarados negras/os (pardas/os mais pretas/os) no EMI no IFSP em 2023, é 36,79%, bem inferior ao percentual de estudantes autodeclarados brancos que totalizam 56,87% do total do corpo discente. Apesar disso, o dado é compatível com o índice da população autodeclarada negra no estado de São Paulo (39,9%, de acordo Pnad Contínua - IBGE - dados do 2º trimestre de 2022).

participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

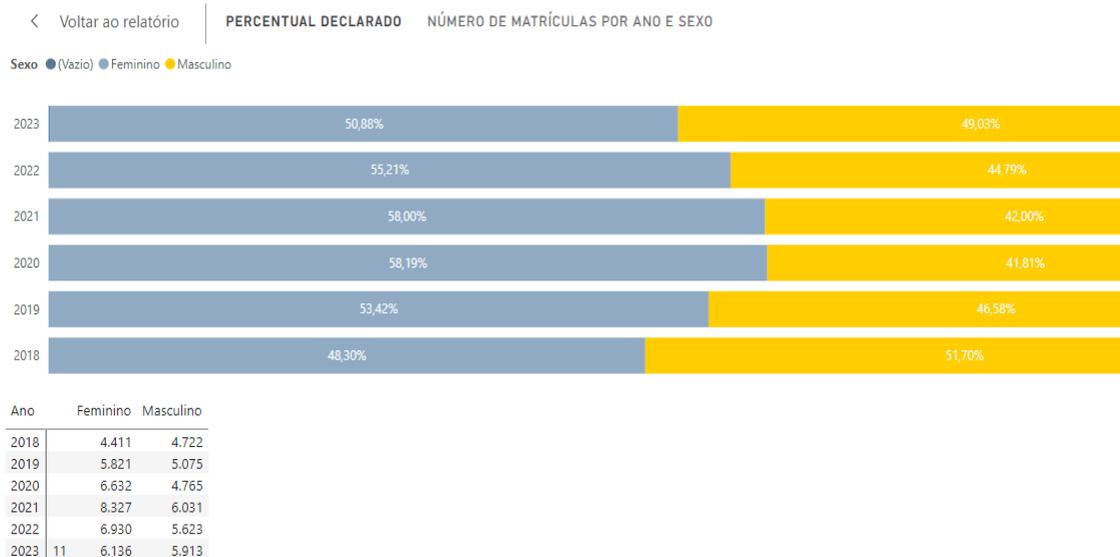


Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Gráfico 3 - Estudantes do EMI nos IFSP por ano e sexo (2018-2023)



Fonte: Plataforma (2023).

É possível observar uma preponderância de estudantes do sexo feminino nos últimos anos. Entretanto, é importante pensá-la à luz da análise de que as mulheres, em sua grande maioria, acumulam as condições de estudantes e/ou trabalhadoras com o trabalho doméstico não remunerado, o que aliás, foi intensificado sobremaneira no período de estudo remoto necessário para enfrentamento da pandemia da Covid-19, mesmo para as adolescentes, que em muitos casos assumiram os cuidados dos irmãos mais novos. Dessa forma, como afirma Passos (2023, p. 39) “Uma análise interseccionalizada nos permite reconhecer e identificar que a distribuição e manutenção do trabalho do cuidado está vinculada as determinações de gênero, raça e classe”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Além disso, a maior escolarização das mulheres não reflete em melhores salários, conforme demonstra o recente estudo⁶ da Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), divulgado em março de 2023.

Por sua vez, os dados dos gráficos abaixo, ainda que consideremos a necessidade do seu aprofundamento e qualificação, vão demonstrar que a massificação do acesso ao ensino no contexto de expansão da educação profissional e tecnológica, ocorridas nas duas primeiras décadas dos anos 2000, permitiu que este perfil de estudante chegasse aos IFs. Por outro lado, são os que mais encontram dificuldades em permanecer. Esta questão coloca em xeque a própria ideia de democratização do ensino e visivelmente aponta para “que o deslocamento do processo de exclusão educacional não se dá mais principalmente na questão de acesso à escola, mas sim dentro dela, por meio das instituições de educação formal”, como alertara Mészáros (2008, p. 11).

Gráfico 4 - Dados de evasão do ensino médio integrado no IFSP por faixa de renda em 2023

Renda Familiar	Número de Matrículas	Número de Evadidos	Taxa de Evasão
0<RFP<=0,5	2.397	155	6,47%
0,5<RFP<=1	2.776	124	4,47%
1<RFP<=1,5	1.410	45	3,19%
1,5<RFP<=2,5	872	32	3,67%
2,5<RFP<=3,5	210	6	2,86%
RFP>3,5	360	22	6,11%
Não declarada	4.117	234	5,68%
Total	12.142	618	5,09%

Fonte: Plataforma (2023).

Gráfico SEQ Gráfico * ARABIC 5 - Dados de evasão do ensino médio integrado no IFSP por classificação racial em 2023

⁶ O estudo demonstra que em 2022 o rendimento das mulheres não negras por hora foi de R\$ 22,09; enquanto os homens não-negros receberam R\$ 27,15. O salário das mulheres negras é ainda mais discrepante: R\$13,86 por hora, metade do que os homens não-negros, e um pouco menos do que os homens negros: R\$ 15,65. FILARDI, I.; KOGA, G. **Mulheres são mais escolarizadas do que os homens, mas ainda ganham menos em SP, indica levantamento.** São Paulo, CNN Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mulheres-sao-mais-escolarizadas-do-que-os-homens-mas-ainda-ganham-menos-em-sp-indica-levantamento/>. Acesso em: 8 nov. 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Classificação Racial	Número de Matrículas	Número de Evadidos	Taxa de Evasão
Amarela	194	10	5,15%
Branca	6.798	308	4,53%
Indígena	21		
Parda	3.587	218	6,08%
Preta	821	45	5,48%
Não Declarada	721	37	5,13%
Total	12.142	618	5,09%

Os dados acima indicam que as/os estudantes da classe trabalhadora, em suas determinações de classe, raça e gênero, tem acessado o IFSP, mas justamente são também essas/es as/os estudantes consideradas/os ideologicamente como de menor valor na travessia acidentada dos IFs. Isto aponta para os traços constitutivos “da nossa herança colonizadora e escravocrata e seu reflexo na reiteração do desprezo da classe dominante brasileira ao direito social e subjetivo da educação básica” (Frigotto, 2018, p. 9).

Essa aproximação com a realidade também vai demarcando a relação entre os determinantes de classe, raça e gênero e a permanência escolar ou a não permanência escolar.

Este cenário nos provoca a pensar sobre a produção e reprodução do sofrimento nos IFs, o que exige uma apreensão dos problemas sociais que perpassam a vida dos estudantes e a própria educação escolarizada, causados pelo colonialismo, pelo racismo, pelas questões de classe e gênero, como elementos interconectados, constitutivos e determinantes desse sofrimento.

Consideramos, portanto, que para a compreensão das tensões e violências que se enredam também no espaço escolar, a intersecção entre essas estruturas opressoras mostra-se potente e é nossa escolha na mediação da análise da produção e reprodução de sofrimento ético-político nas/os estudantes. Conforme Sawaia (2009, p. 370):



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A relação entre as ameaças provenientes da desigualdade social e as respostas afetivas dos que a elas se assujeitam compõe um processo psicológico-político poderoso à reprodução da desigualdade, conceituado como sofrimento ético-político.

De acordo com a autora (Sawaia, 2009) é necessário questionar o sofrimento que mutila o cotidiano, a capacidade de autonomia e subjetividade do homem genérico.

É necessário então, localizar ética e politicamente o sofrimento de que estamos tratando:

Em síntese, o sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto (Sawaia, 1995 *apud* Sawaia, 1999, p. 104).

3 TODO DIA PRECISO PROVAR O MEU VALOR!

A escola é para todos, mas tem dias em que a Cecília Allevalo acha que não é para ela: 'Todo dia, ter que provar o meu valor como uma jovem negra é difícil, não vou mentir para você, cansa', desabafa a estudante. Na hora que bate o cansaço, a jovem de 17 anos pensa em trocar o diploma do ensino médio pela carteira de trabalho. É uma história contada mais vezes por alunos pretos e pardos. São eles os protagonistas de anos de exclusão do sistema educacional, como mostra um levantamento da ONG Todos pela Educação. O percentual de jovens pretos e pardos matriculados no ensino médio em 2022 é o mesmo de brancos dez anos antes - ou seja, existe uma década de atraso entre eles. Entre os jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio, a distância é ainda maior. É uma caminhada desigual, porque começou de pontos muito diferentes. A questão, dizem os especialistas, é que é preciso acelerar a inclusão de pretos e pardos no sistema educacional, especialmente no ensino médio⁷.

A vivência da adolescente dessa reportagem reflete a dura realidade da nossa meninada, tanto que corrobora com o que vem aparecendo cotidianamente em nossos atendimentos como assistente social no IF, o que já dissemos anteriormente: estudantes em sofrimento acreditando que a instituição não é para eles; parcela dos docentes afirmando que há de fato um público que não é para essa escola.

Observamos assim, que a escola em si é um território em disputa.

⁷ Estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) afirma: "O número de brasileiros pretos e pardos matriculados no ensino médio está uma década atrasado em relação ao número de alunos brancos". Cf. JOVENS negros estão dez anos atrás dos estudantes brancos no ensino médio, diz IBGE. **Jornal Nacional**, G1, 30 maio 2023. Globo Notícias. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/05/30/jovens-negros-estao-dez-anos-atras-dos-estudantes-brancos-no-ensino-medio-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 2 fev. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Estamos entendendo a escola como território, ao identificar no chão escolar as características que Arregui, Koga e Diniz (2018) afirmam sobre o lugar territorial. Dizem ser o chão das relações sociais, lugar em que é possível perceber as capacidades protetivas, as mediações arquitetadas para a vivência e sobrevivência, a ocorrência das vulnerabilidades, ameaças, violência, potencialidades, sociabilidades e outras múltiplas expressões das relações humanas e sociais. Inclusive Araújo (2022), em sua investigação de doutorado, identificou como resultado principal, que o conflito presente na disputa pelo território escolar reflete a luta das classes sociais.

Questões de classe, raça/etnia e a questão de gênero são variáveis determinantes para a produção da desigualdade social e na realidade brasileira apresentam algumas particularidades que foram analisadas por Eurico (2020, p. 69-78). Esses aspectos do processo histórico analisados pela autora se materializam também no ambiente escolar, pois a escola não está desconectada da sociedade, é, aliás, um campo de reprodução das desigualdades. Eurico (2020) registra que o processo de abolição da escravatura, o deslocamento do centro da economia da sociedade rural e agrária para a sociedade urbana e industrial, no início do século passado, intensifica a desigualdade entre as classes sociais e a maioria da população negra é posta em situação de miséria. Manter a desigualdade étnico-racial afirma os seguimentos mais pobres da classe trabalhadora em condição desprotegida, indigna, em atividades desvalorizadas na divisão social e técnica do trabalho, quando não excluídos, e com acesso precário as políticas sociais.

A partir da leitura de Marx (2013), Eurico (2020) conclui que a desigualdade nas relações de trabalho é estrutural e atinge de forma global a classe trabalhadora, mas em particular, para a população negra, observa-se além da desqualificação, uma intensa subproletarização⁸, sendo reservada às/aos negras/os funções consideradas mais “simples” evidenciando a ideia de incompatibilidade entre “ser negro” e ter um certo grau intelectual, reproduzindo a lógica da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual (Eurico, 2020, p. 71).

Essa ideia alimenta pensamentos contrários ao ainda incipiente sistema que tem possibilitado o acesso das/os mais pobres e negras/os nas instituições federais de ensino, do qual faz parte a “Lei de Cotas”, embasando a ideia de não ser necessário que essas/es estudantes acessem, principalmente, a educação superior e profissional e técnica. Ideia essa que pode se manifestar de várias formas no ambiente escolar, desde as diretrizes de educação meritocráticas, que naturalizam elementos excludentes no processo e cotidiano educacional, passando pelos currículos eurocêntricos, até com os comportamentos individuais por parte da comunidade

⁸ De acordo com Antunes (1995, 2009, 2018) a subproletarização é decorrente da expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, que tem se intensificado em escala mundial.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

escolar. O mesmo vale para as estudantes meninas em cursos tecnológicos voltados, no imaginário machista, para os meninos.

Quando por rebeldia, nossas meninas e meninos acessam a escola, precisam lidar pelo caminho com os comportamentos que reforçam as opressões, eventualmente respaldados nas próprias camadas menos privilegiadas da comunidade escolar, nas/os educadoras/es, educadoras/es negras/os e estudantes de mesmo perfil. Daí vemos que as estruturas opressoras não têm limites para a crueldade. Não é incomum que educadoras/es que possam ter alcançado uma condição social com um certo destaque em relação a sua origem de classe, raça e gênero; ou quando estudantes, se ingressaram sem o uso das reservas de vagas, ainda que tivesse o perfil para tal, colocam-se ou são colocados como exemplos de que é possível diluir as desigualdades exclusivamente pelo esforço individual, inclusive validando o mito da democracia racial⁹.

Há que se falar, portanto, que essas violências proferidas pelas próprias instituições, a exemplo do racismo institucional, afiança grupos raciais ou étnicos e outros discriminados em situação de desvantagem em relação as/aos demais estudantes gerando enorme sofrimento.

Outra característica da particularidade brasileira analisada por Eurico (2020), atributo da relação entre raça e classe se refere a divisão social do trabalho entre homens e mulheres negras das camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora. Se for uma mulher negra, o estigma de inferioridade a atinge do ponto de vista do gênero e da raça/etnia, pois sobre o gênero feminino recai o peso de pertencer a uma sociedade patriarcal e racista.

Concordamos com bell hooks (2017) que a sala de aula deve ser um lugar de entusiasmo, aliás, acrescentamos que toda a escola, já que a autora deixa evidente que o entusiasmo é gerado pelo esforço coletivo, e que o desejo por estimulá-lo é um ato de transgressão. Para transgredir, a autora elenca alguns princípios necessários, entre eles, as/os estudantes teriam de ser vistas/os de acordo com as suas particularidades individuais. É assim que se cria uma comunidade de aprendizado. Mas partir da escola como um espaço comunitário só é possível se as/os estudantes se sentirem pertencentes. Para isso faz-se necessário que a escola questione os sistemas de dominação, como o racismo e sexismo e as desigualdades de classe.

⁹ Clóvis Moura (1988) argumenta que o que se vive na sociedade brasileira é um mito da democracia racial, já que não temos democracia política e democracia social. A democracia racial é uma ideia arquitetada para camuflar a realidade social, desarticular a consciência crítica e perpetuar a discriminação, o racismo e o extermínio contra a/o negra/o. É uma ideologia que cruelmente responsabiliza a própria pessoa negra pela sua imobilidade social e impede o enfrentamento das violências de raça, pois não há como enfrentar aquilo que não se reconhece existir.

Na direção oposta dessa escola questionadora, comunitária e transgressora encontramos nossas instituições elitizadas, brancas e machistas. Estudiosos como Leakey (2010), Amin (2021) e Faustino (2022), vão lembrar que a humanidade surgiu na África e foi de lá que os seres humanos se espalharam para outros continentes. Leakey (2010) afirma que “há boas razões para se acreditar que a África seja o continente onde os hominídeos surgiram pela primeira vez” (2010, p. 491). Amin (2021) destaca que a partir do continente africano e, portanto, do homem negro, que foi possível o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento humano, à exemplo da agricultura, escrita e medicina, mas o racismo exclui a África e os afrodescendentes do centro do desenvolvimento humano para dar a Europa esse lugar, ignorando a antecedência e importância de outros povos. Assim Faustino (2022) afirma que o branco era o universal, o ideal; e o negro foi reduzido ao não humano, a objeto, não podia ser reconhecido.

Essa educação baseada na transmissão de narrativas europeias, como se a humanidade tivesse começado na Europa, configura a escola em um espelho sem reflexo para as/os estudantes negras/os que se deparam com um mundo que não se parece com elas/es.

Até mesmo a beleza tem por padrão os estereótipos europeus, violentando a constituição das subjetividades das/os nossas/os adolescentes que não se identificam com esse padrão. Daí muitas vezes iniciam o que por vezes a escola nomeará de bullying, mas é preciso que seja desvelado para que se visualize o racismo.

Pensar essas questões é pensar na totalidade do processo educacional, pois adolescentes estão em situação peculiar de desenvolvimento e a escola precisa ser um ambiente que favoreça seu desenvolvimento de maneira saudável.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso sonhar com uma escola que não se preste a disciplinar comportamentos e corpos, mas ao contrário, que seja espaço de desvelamento das estruturas opressoras para estudantes e comunidades, contribuindo para a permanência estudantil em seu aspecto ético e político.

Este é um sonho para avançarmos na escola como espaço de fomento de uma sociedade que se descolonize cada vez mais, como esperançou Freire (1997), que quebre o estranhamento ao direito humano pela educação.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Raça, classe e gênero são categorias de análise que podem ajudar a tornar compreensível também a partir de uma análise interseccional, as formas de resistências forjadas pelas/os estudantes, por meio da práxis, do que vivenciam e constroem no território escolar, que se opõem às desigualdades e injustiças sociais que podem vivenciar na educação escolarizada. Afinal, “a experiência e a ação social estão ligadas ao contexto social, pois constituem formas de fundamentar a teorização no âmbito das relações de poder, não como reação ao poder, mas como ação social em resposta às relações de poder” (Collins, 2022, p. 32).

Apesar do quadro exposto as/os estudantes constroem suas formas de resistências para permanecer nessas instituições, que muitas vezes e de muitas formas não se parece com elas/eles, e assim nossa meninada cava suas posições e seu lugar de permaner na instituição - enfatizo o “ser” como direito de existir como o que se é.

5 REFERÊNCIAS

AMIN. S. Culturas tributárias centrais e periféricas. *In*: AMIN. S. **Eurocentrismo**: crítica de uma ideologia. São Paulo: Lavrapalavra, 2021. pp. 19-79.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora Unicamp, 1995.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, A. P. de. **O território escolar em disputa**: uma análise da ocupação dos estudantes secundaristas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (outubro de 2016). São Paulo: [s.n.], 2022.

ARREGUI, C. C.; KOGA, D. H. U.; DINIZ, R. A. Dinâmicas socioterritoriais e práticas profissionais: entre chãos e gestão. **Políticas Públicas**, v. 22, p. 1407–1430. 2018. Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9872>. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. Lei n. 14.914, de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 127 ed., seção: 1, p. 5, 4 jul. 2024 Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.914-de-3-de-julho-de-2024-569928638>. Acesso em: 2 ago. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/45/42>. Acesso em: 3 set. 2023.

COLLINS, P. H. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Brasil**: a inserção da população negra no mercado de trabalho. 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/populacaoNegra2022/index.html?page=5>. Acesso em: 3 fev. 2023.

EURICO, M. C. **Racismo na infância**. São Paulo: Cortês, 2020.

FAUSTINO, D. M. A “interdição do reconhecimento” em Frantz Fanon: a negação colonial, a dialética hegeliana e a apropriação calibanizada dos cânones ocidentais. *In: Filosofia Aurora*. v. 33, n. 59, 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/aurora/article/view/28065>. Acesso em: 15 jun. 2022.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, G. (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

LEAKEY, R. Os homens fósseis africanos. *In: KI-ZERBO, J. (org.). História geral da África*: metodologia e pré-história da África. Brasília: Unesco, 2010, p. 491-509.

MÉSZAROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

PASSOS, R. G. **Na mira do fuzil**: a saúde mental das mulheres negras em questão. São Paulo: Hucitec, 2023.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: históricas de submissão e rebeldia. 4. ed. São Paulo: Intermeios, 2015.

PLATAFORMA Nilo Peçanha – PNP (Ano Base 2023). Brasília: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/ptnp>. Acesso em: 8 jul. 2024.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In: SAWAIA, B. B. (org.). As artimanhas da exclusão*: análise psicossocial e ética da desigualdade social. São Paulo: Vozes. 1999.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *In: Psicologia & Sociedade*; v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/SNXmnP85p4XsKmsrWgbtpr/>. Acesso em: 2 out. 2023.